



**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 59ª
(QUINQUAGÉSIMA NONA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

EM 6 DE AGOSTO DE 2008.

32

136

168 *bandas*

Publicação conferida no DCL 18-153 de 29/08/08
Sanidade *Luiz* Matrícula: 173137



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2008	15h25min	59ª Sessão Ordinária	1

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Wilson Lima a secretariar os trabalhos da Mesa.

Contamos com a presença dos seguintes Deputados: Milton Barbosa, Batista das Cooperativas, Chico Leite, Bispo Renato, Wilson Lima e Rogério Ulysses.

Queremos, de imediato, saudar os trabalhadores do Transporte Alternativo que se encontram na galeria.

Ontem tivemos uma reunião com o Governador. Acredito eu que não foi satisfatória para o conjunto desses trabalhadores.

Solicitarei ao Deputado Wilson Lima que faça a leitura do Expediente sobre a Mesa. Em seguida, passaremos aos Informes da categoria e aos Comunicados de Líderes e Parlamentares.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, quero fazer as seguintes retificações ao Expediente lido ontem, dia 05 de agosto de 2008: quero retificar, de 12 para 13, o número de indicações de autoria do Deputado Chico Leite; retificar, de três para dois, o número de requerimentos de autoria do Deputado Chico Leite; retificar também, de 279 para 281, o número de indicações de autoria do Deputado Paulo Roriz; retificar ainda, de dois para um, o número de indicações de autoria do Deputado Paulo Tadeu.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Acato o pedido de retificação de V.Exa. com relação ao Expediente de ontem.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2008	15h25min	59ª Sessão Ordinária	2

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 151, de 27/08/2008, juntamente com a ata sucinta da 59ª Sessão Ordinária.)

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada, sem observações, a seguinte:

- Ata 16ª Sessão Extraordinária.

A Presidência aproveita este momento para fazer alguns comunicados.

A Assessoria de Plenário desta Casa, juntamente com a Comissão de Constituição e Justiça, encontrou algumas inconsistências em proposições discutidas e aprovadas no semestre passado. Foram encontrados erros basicamente de caráter formal, mas eles foram identificados. Assim, farei a leitura desses erros para retificação.

Algumas proposições votadas nas sessões dos dias 25 e 26 de junho de 2008 necessitam de correções quanto à técnica legislativa para que as comissões concluam os textos das redações finais destas proposições. Como são correções de forma, não implicando alteração no mérito, o Regimento Interno determina que essas retificações sejam comunicadas aos Deputados e ao Plenário. Em razão disso, passo a enumerá-las.

No Projeto de Lei nº 600, de 2007, a Comissão de Constituição e Justiça detectou inconsistência na formatação do texto original da proposição e propôs as seguintes alterações:

I – Conversão dos incisos III, IV e V do art. 3º e §§ 1º, 2º e 3º do inciso II do art. 3º.

II – Nova formatação para o art. 8º já que no original tinha apenas o inciso I e as alíneas de “a” a “j”. A Lei Complementar nº 13, de 1996, que consolida as normas, proíbe a existência de inciso único. Em razão dessa lei, o inciso I passa a ser parágrafo único, e as alíneas passam a ser incisos I a IX.

No Projeto de Lei nº 2.235, de 2005, a Comissão de Constituição e Justiça detectou problemas de técnica legislativa na formatação original e propôs a seguinte alteração:

I – O art. 5º, inciso III, tem apenas a alínea “a”. A Lei Complementar nº 13,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2008	15h25min	59ª Sessão Ordinária	3

de 1996, veda alínea única. A alteração consiste na integração da referida alínea ao texto do inciso III do art. 5º.

No Projeto de Lei nº 781, de 2008, a Comissão de Constituição e Justiça detectou dois problemas de técnica legislativa na formatação original do texto e propôs as seguintes alterações:

I – O art. 7º, inciso I, possui apenas a alínea “a”. A Lei Complementar nº 13, de 1996, proíbe a existência de alínea única. Em razão disso, procedeu-se a correção por meio da integração da referida alínea ao texto do inciso I, do art. 7º.

II – O mesmo artigo traz no parágrafo único uma tabela com cargos em comissão, o que é uma impropriedade de técnica legislativa. Para correção, extraiu-se a tabela do parágrafo único do art. 7º e criou-se um anexo único.

No Projeto de Lei nº 170, de 2007, a Comissão de Constituição e Justiça detectou um problema na construção da frase do texto do art. 5º, em que a expressão “tarifa social” está repetida. Uma delas deve ser retirada.

No Projeto de Lei nº 893, de 2008, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, em nota técnica, informa discrepância quanto ao número de emendas aprovadas, que passo a esclarecer:

I – No registro de votação do processo não há discrepância. Foram aprovadas três emendas de 1º turno e três emendas de 2º turno;

II – As Emendas nºs 1, 2 e 3 de 1º turno foram relatadas pelo Deputado Paulo Roriz e aprovadas na sessão ordinária de 25 de junho, com o voto simbólico de dezoito Deputados;

III – As Emendas de 2º turno nºs 1, 2 e 3, todas de autoria da Deputada Ellana Pedrosa, foram apreciadas na sessão de 26 de junho. Foi Relator o Deputado Cristiano Araújo. Elas foram aprovadas pelo voto simbólico de treze Deputados.

Concretamente, e embora tenha citação de que houve equívoco de autoria, o relator foi chamado a proferir parecer sobre as emendas de 2º turno, e o fez, conforme notas taquigráficas, até porque as de 1º turno já tinham sido apreciadas. Eram matérias vencidas, já que votadas.

Diante desse comunicado, a Presidência da Câmara faz as devidas retificações, conforme análise técnica da Assessoria de Plenário e da CCJ.

Parabenizo os técnicos da CCJ e os da Assessoria de Plenário pela identificação das referidas falhas a tempo de corrigi-las.

Agora, com a presença do Deputado Benício Tavares, do Presidente, Deputado Alírio Neto, do Deputado Cabo Patrício e com o retorno do Deputado Raimundo Ribeiro – seja bem-vindo a esta Casa, Deputado –, estão presentes 13 Parlamentares.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2008	15h25min	59ª Sessão Ordinária	4

Faço uma saudação ao Sindicato dos Médicos e aos médicos que se encontram ao lado do plenário para discussão de projeto de Interesse da categoria.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Antes de conceder a palavra ao Deputado Reguffe, quero comunicar aos trabalhadores do transporte alternativo que lotam a galeria desta Casa que, ontem, nós, Líderes desta Casa, estivemos reunidos com o Governador do Distrito Federal, com o Secretário Geraldo Maciel, com o diretor do DFTrans e com os Procuradores do Distrito Federal. Durante a reunião, observamos toda a problemática que envolve a categoria, bem como a portaria do Secretário Fraga, motivo inclusive de debate, seja do ponto de vista das ofensas ao Poder Legislativo e às leis aprovadas por esta Casa, seja do ponto de vista de seu conteúdo no que se refere à retirada de milhares de trabalhadores do transporte alternativo. Com relação às ofensas, já foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal uma nova portaria retificadora, ou seja, que retira da portaria anterior os termos ofensivos e desrespeitosos às leis aprovadas por esta Casa e ao Poder Legislativo. Com relação aos trabalhadores, o Governo apresentou e reafirmou diversas propostas dentro da legalidade para atender à categoria – fruto, inclusive, de um relato proferido por mim ontem à noite, em frente a esta Câmara, para esses trabalhadores.

É importante registrar que as propostas apresentadas pelo Governador já tinham sido apresentadas à categoria e analisadas em assembléia por eles, mas existe uma demanda que foi apresentada ao Poder Legislativo que é o fato concreto de eles estarem parados. Eles estão num processo de desespero total, pois estão sem condições de trabalhar para garantir recursos para eles e para suas famílias. Portanto, eles retornam à Câmara hoje – aliás, vários deles dormiram aqui; as vans permaneceram aqui em frente – e querem que os Parlamentares façam uma reunião com uma comissão de representantes da categoria a fim de avançarmos numa contraproposta para ser levada ao Governador do Distrito Federal. É claro que, durante os debates desta tarde, estas questões virão à tona e serão discutidas de novo. Dessa forma, espero que possamos realizar uma reunião entre os Líderes partidários e a categoria de vocês para discutirmos, na tarde de hoje, uma alternativa para os trabalhadores. Então, sejam bem-vindos a esta Casa.

Neste momento, concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, pessoas presentes na galeria na tarde de hoje, vou dividir a minha fala em dois assuntos. Primeiro vou falar um pouco sobre o problema do transporte público do Distrito Federal. Sobre essa questão, eu gostaria



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2008	15h25min	59ª Sessão Ordinária	5

de dizer que, no ano passado, solicitei a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito nesta Casa. Então, eu gostaria de fazer algumas observações. A primeira delas é que toda a população acha o transporte público coletivo do Distrito Federal uma verdadeira porcaria, um transporte de péssima qualidade, que não cumpre horários, que é caro e que não tem o reconhecimento da população como um transporte de qualidade. Se as empresas de ônibus são concessionárias de serviço público e não estão prestando o serviço com qualidade, o que tem de ser feito? cassar a concessão dessas empresas. Uma empresa concessionária de serviço público não tem a propriedade do serviço público, ela tem uma concessão. E se não está prestando o serviço público com qualidade, a concessão tem de ser cassada. Até porque a população inteira acha que o transporte oferecido a ela é de péssima qualidade. Então, o Governo deveria cassar a concessão.

Em segundo lugar, Brasília é o único lugar do mundo onde o dono de empresa de ônibus fica tão rico que vira dono de empresa de aviação. É o único lugar do mundo! Aqui duas pessoas viraram donos de empresa de aviação e outra pessoa virou Senador da República. Deve ser um grande negócio ser dono de empresa de ônibus em Brasília. Grande negócio para o dono da empresa, porque para a população o transporte é de péssima qualidade, os horários não são cumpridos e a população acha que esse não é o transporte que ela gostaria de ter. Cabe a quem fazer alguma coisa? A quem tem responsabilidade pública para fazê-lo: o Governo e os Deputados, que também têm que fiscalizar a qualidade deste serviço prestado, que, na minha opinião, não é da qualidade que a população do Distrito Federal merece. É um transporte que atende aos donos das empresas de ônibus, que ficam tão ricos que compram até empresas de aviação. É o único caso na história do mundo! E não é um só, não. Em Brasília há dois que viraram donos de empresa de aviação. Isso para mim é absurdo. O transporte tem que atender o usuário e não enriquecer donos de empresa de ônibus.

Sr. Presidente, o segundo assunto que eu gostaria de registrar nesta tribuna é a falta de medicamentos na rede hospitalar do Distrito Federal. Está faltando no Hospital de Base o medicamento Leucovorin, para tratamento oncológico. Isso é algo grave e as pessoas, às vezes, não se sensibilizam enquanto elas mesmas não precisem ou algum familiar. Mas isso é algo muito grave. Quero deixar este registro e solicitar à Secretaria da Saúde que providencie esse medicamento.

Estou apresentando um projeto de lei e, inclusive, estou levando o projeto ao Governador, porque um Deputado, além de fiscalizar o gasto do dinheiro do contribuinte, tem que também ser propositivo. Esse projeto de lei obriga o Governo do Distrito Federal a colocar na Internet o estoque de medicamentos que existe nas farmácias de cada hospital em tempo real e a informar o preço pelo qual cada medicamento foi comprado, para permitir ao contribuinte fiscalizar como o Governo gasta o seu dinheiro, saber por quanto foi comprado cada remédio, comparar os preços e analisar se o Governo comprou bem ou mal. O Governo terá a obrigação de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2008	15h25min	59ª Sessão Ordinária	6

divulgar para a sociedade como gasta o dinheiro do contribuinte. Além disso, o projeto permitirá um controle de estoque com uma farmácia *on line*. Esse projeto é simples, pois existe um *software* de baixo custo que facilita o programa. Numa emergência de hospital, saberemos quantos comprimidos existem de cada remédio dentro daquela farmácia. Ao retirar um comprimido, é preciso dar baixa e dizer para quem foi, fazendo um controle de estoque com o objetivo de acabar com o desvio de medicamentos na rede pública do Distrito Federal, o que muito prejudica a população humilde que precisa dos hospitais públicos. Então, esse programa trará outra facilidade, pois quando o medicamento estiver atingindo um limite prudencial, o sistema acusará e o Governo terá de comprar mais medicamentos, evitando, assim, a falta de medicamentos e as compras emergenciais sem licitação. Portanto, trata-se de um projeto bom, pois irá exigir do Governo uma prestação de contas das compras dos medicamentos e da quantidade de comprimidos de cada medicamento existentes na farmácia central e na farmácia de cada hospital. O controle de estoque será feito da seguinte forma: para que o medicamento seja retirado da farmácia, será preciso dizer para quem foi e qual foi a quantidade utilizada. Quando atingir o limite prudencial, o sistema acusará e o Governo terá de repor aquele medicamento, acabando com a falta de medicamentos, o que, depois de uma virada de século, é, no mínimo, uma irresponsabilidade gerencial.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Como Líder. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento o pessoal da galeria, nossos amigos das *vans* que estão aqui ávidos para trabalhar. Não vou aqui repetir o que o Deputado Paulo Tadeu falou, vou apenas sugerir a V.Exa., independentemente de qualquer projeto que esteja em tramitação aqui, que suspenda a sessão, porque as providências em relação a esses trabalhadores, que o Governador prometeu ontem, não de preterir qualquer projeto que esteja na pauta, porque estamos lidando com a vida dessas pessoas. Portanto, é preferível que nós nos juntemos a eles e ao Governo para buscar uma solução, ainda que não seja aquela que imaginamos, mas que pelo menos venha a minorar o sofrimento das famílias que ali estão. Não vejo porque ficarmos aqui discutindo qualquer pauta de votação sem antes resolver ou encaminhar a solução dos problemas dos companheiros das *vans*.

Faço um apelo, Deputado Paulo Tadeu, para que V.Exa. aprecie o meu pedido. E repito: nenhum outro projeto que esteja aqui para tramitar deve se sobrepor ao encaminhamento da solução dos trabalhadores aqui presentes. Enquanto não fizermos isso, o nosso papel estará capenga. Faço essa solicitação a V.Exa. e espero ser atendido.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2008	15h25min	59ª Sessão Ordinária	7

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Milton Barbosa, entendo que a solicitação de V.Exa. é justa. Se depender desta Presidência, acataremos esse pedido para que, após os Comunicados de Líderes, possamos suspender a sessão e discutir o problema do transporte alternativo que afeta milhares de trabalhadores do Distrito Federal.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO ROBERTO LUCENA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO ROBERTO LUCENA (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Milton Barbosa, é importante considerarmos essa conduta. Sabemos que os vinte e quatro Parlamentares estão com a categoria presente. Há uma categoria que está sofrendo. Já houve um acordo com o Governo e, se a sessão não for suspensa, eu solicitaria que apreciássemos o Projeto de Lei nº 904, de 2008, que trata do aumento concedido à categoria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Agradeço o aparte do Deputado Roberto Lucena. Sr. Presidente, dissemos ontem que, nesse recesso, trabalhamos com o nosso mandato em benefício da população, assim como muitos Parlamentares fizeram. Hoje, estou apresentando o resultado do trabalho que fiz em julho, juntamente com minha equipe. Apresentaremos sessenta e duas indicações, que solicitam providências do Governo e de autoridades do Governo quanto às reivindicações feitas a nós. Esperamos que elas sejam atendidas.

Também quero comunicar aos Parlamentares que assinarei daqui a pouco o requerimento formulado à Mesa Diretora com o pedido de informações ao Presidente da CODEPLAN, Sr. Rogério Rosso, sobre as investidas que visam à aplicação das parcerias público-privadas no setor penitenciário. Faço isso embora eu saiba, por meio de notícias de jornais, que o Governador teria mandado suspender esse processo. Mandar suspender é uma coisa. O que a Câmara Legislativa quer são informações vindas de quem iniciou o processo para levar a uma futura privatização da administração dos presídios. Somos radicalmente contrários a isso. Espero que o nosso Líder do Governo apareça por aqui para que possamos ajudar os companheiros no encaminhamento de uma solução.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Com relação à questão levantada pelo Deputado Roberto Lucena, não há nada em contrário por parte desta Presidência. Somos favoráveis à solicitação apresentada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2008	15h25min	59ª Sessão Ordinária	8

Assim que acabar os Comunicados de Líderes, suspenderemos a sessão para reunião com os Parlamentares. Em seguida, procederemos à apreciação do projeto que V.Exa. solicitou.

Continuando os Comunicados de Líderes, concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2008	15h25min	59ª Sessão Ordinária	9

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 151, de 27/08/2008, juntamente com a ata sucinta da 59ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Batista das Cooperativas está completando mais uma primavera de vida. Parabenizo S.Exa. pelo seu aniversário. Faço votos de felicidades e de longevidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência também gostaria de parabenizar o Deputado Batista das Cooperativas pelo seu aniversário. Como S.Exa. é representante do povo, esperamos que, nesta tarde, quem receba os presentes seja o pessoal da galeria. Tenho certeza de que existe esse compromisso com a população. Desejo ao Deputado Batista das Cooperativas toda a saúde e toda a sorte do mundo.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. tirou as palavras da minha boca. Agradeço ao Deputado Wilson Lima e a todos os Parlamentares da Casa pelos votos de felicitações; cumprimento os trabalhadores do transporte alternativo. Quem tem de receber o presente são eles.

Tenho ouvido muito atentamente essa discussão das *vans*, do transporte alternativo, e não me pronunciei sobre essa questão, mas quero conclamar os trabalhadores do transporte alternativo para que continuem acampados na Câmara Legislativa do Distrito Federal! O Governo, a base do Governo, os companheiros da Oposição, em esforço comum, devem buscar uma solução para os companheiros do transporte alternativo, em especial o STPA.

Solidarizo-me com o Deputado Roberto Lucena na questão que S.Exa. apresentou agora há pouco. Concordo com a solicitação do Deputado Milton Barbosa para que, logo em seguida, possamos suspender a sessão e discutir toda essa questão.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Cabo Patrício, faço a última correção, dando continuidade àquelas já feitas pela Assessoria de Plenário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2008	15h25min	59ª Sessão Ordinária	10

Em relação ao Projeto de Lei Complementar nº 79, de 2008, detectou-se que as emendas de número 1 e número 5 propunham texto ao artigo 3º, o que não foi observado nos relatórios das comissões. Na elaboração da redação final, foi adotada a emenda nº 5, por ter sido incluída por último no processo, apresentando, por conseguinte, o texto final às folhas 33 e 34 do referido processo.

Portanto, feitas todas as comunicações, esta Presidência indaga se sobre elas há alguma manifestação em contrário. (Pausa.)

Como não há, considero as retificações aprovadas com a presença de 14 Parlamentares, tanto essa que eu li agora quanto as demais.

Só para ficar muito bem registrado: Projeto de Lei nº 600, de 2007; Projeto de Lei nº 2.235, de 2005; Projeto de Lei nº 781, de 2008; Projeto de Lei nº 170, de 2007; Projeto de Lei nº 893, de 2008; e Projeto de Lei Complementar nº 79, de 2008. Então, já fizemos as retificações e já foram consideradas aprovadas as mesmas, com 14 Parlamentares presentes.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cumprimento as pessoas, os trabalhadores do transporte alternativo que estão hoje aqui na galeria, e transmito aos Deputados, em nome do Governador do Distrito Federal, as suas desculpas em relação à forma inadequada, imprópria que foi redigida a Portaria nº 34, inclusive também com termos inadequados referentes aos próprios permissionários. Ela afirma questões não confirmadas sobre a questão de *blitz*, formas de trabalho que efetivamente em nada contribuem na própria portaria. Então, os termos impróprios, inadequados e ofensivos, tanto ao Poder Legislativo quanto à própria categoria, foram corrigidos por meio de uma errata. Transmito aos Deputados, a pedido do Sr. Governador, as desculpas, em nome do Governo, em relação a este episódio.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a suspensão da sessão por alguns minutos para discutirmos a pauta, pois já estamos em plenas atividades de trabalho. São vários projetos que estão na pauta, e é importante que façamos uma deliberação sobre o que iremos apreciar na tarde de hoje de uma forma especial.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Este encaminhamento de V.Exa. foi deferido por esta Presidência, a pedido de outros Parlamentares, e logo após os Comunicados de Líderes iremos suspender a sessão.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2008	15h25min	59ª Sessão Ordinária	11

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria cumprimentar o Deputado Batista das Cooperativas pela passagem de seu aniversário e, claro, os companheiros do STPA, do transporte alternativo que desde ontem estão nesta Casa. O problema do Executivo acabou caindo no colo dos Parlamentares, como é de costume aqui no Distrito Federal – tudo o que acontece é de responsabilidade dos Parlamentares. Não vamos nos furtar a essa responsabilidade, os senhores podem ter certeza.

O Deputado Milton Barbosa fez uma proposta muito conveniente: que a sessão seja suspensa para encontrarmos uma solução, em reunião com os Parlamentares. Esta Casa não pode proceder a nenhuma votação em plenário antes de resolver um problema que diz respeito à população, atendendo ao clamor público desses profissionais, desses trabalhadores.

O Deputado Paulo Tadeu já falou a respeito da reunião de ontem com o Governador do Distrito Federal. S.Exa. publicou uma errata na qual corrige os ataques aos Parlamentares e à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Ontem, em assembléia realizada às 23h, a categoria não aceitou a proposta do Governo. Em protesto, esses trabalhadores permaneceram acampados em frente a esta Casa, para que pudessem, hoje, negociar uma solução com o conjunto de Parlamentares.

Eu gostaria de deixar claro, Deputada Erika Kokay, o seguinte: ontem, quando negociamos com o Governador, tratamos também da questão do DETRAN, e hoje, pela manhã, chegamos a um acordo – suspensão da greve dos agentes do DETRAN por 36h, até que o Governo encontre uma solução, mantendo a negociação aberta.

Da mesma forma, temos que encontrar, nesta reunião, uma solução para que esses trabalhadores continuem trabalhando e recebendo por sua atividade, até que a população do Distrito Federal seja contemplada, de fato, com um transporte de qualidade.

Existem dois lados nessa questão, senão três: a sociedade do Distrito Federal, os trabalhadores permissionários e, também, o Governo, que trava uma queda de braço, uma disputa política com esses trabalhadores. Nós, Parlamentares eleitos pelo povo, temos de defender os trabalhadores e a sociedade do Distrito Federal. O transporte de hoje não atende a sociedade. Inclusive, o Governador disse ontem que há problemas de transporte na Fercal, em Vicente Pires e em vários locais do Distrito Federal. Temos de reconhecer isso. Por isso, Deputado Paulo Tadeu, em conversa que tivemos com vários Deputados, chegamos à conclusão de que deveríamos colher a assinatura dos Parlamentares desta Casa e protocolarmos o projeto de decreto legislativo que pode, sim, derrubar a portaria que afronta não só a Câmara Legislativa do Distrito Federal, mas também esses profissionais que aqui estão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2008	15h25min	59ª Sessão Ordinária	12

Deputado Leonardo Prudente, V.Exa. tem conduzido todas as negociações com maestria. Verificamos sua participação nas reuniões de ontem, até mais de meia-noite, negociando não só a questão do transporte alternativo, mas também do DETRAN. E na manhã de hoje, participamos da assembléia até o meio-dia para encontrarmos uma solução. Portanto, acredito que, conversando no "cafezinho", encontraremos uma solução para que esses profissionais possam sustentar suas famílias com dignidade.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Deputado Cabo Patrício, ontem, em reunião com os Parlamentares, havia o consenso de que esta portaria deveria ser revogada ou pelo Governador ou por esta Casa. Após a negociação, o Governador se negou a revogar a portaria. Parece-me que o problema – e eu tenho convicção disso – não é apenas de forma, a forma desrespeitosa e acintosa com que a portaria tratou esta Casa e os Parlamentares. A portaria tem um problema de mérito: ela se contrapõe a uma lei ao estabelecer a suspensão da transição. A lei é muito clara ao dizer que o processo licitatório tem de estar concluído, e não está, pois está sendo questionado e ainda não foi feita a licitação de todos os lotes. O sistema deveria estar definitivamente implantado.

O Governo está privilegiando um sistema que está penalizando a população. Não pode haver a suspensão do trabalho das vans, pois os ônibus não têm condições de atender a população. Eu diria que o sistema é absolutamente falho e desrespeita a população do Distrito Federal.

Portanto, o problema não é publicar uma errata – e a categoria tem razão – para corrigir a forma. A portaria, em seu conteúdo, desrespeita a Câmara Legislativa, porque vai contra a decisão de uma lei que diz que deveria haver um processo de transição. No entanto, esse processo de transição ainda está em curso.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Agradeço o aparte da Deputada Erika Kokay.

A fala de S.Exa. contribuiu muito para esclarecer todo esse processo referente aos trabalhadores dos transportes alternativos.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PSDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Deputado, a questão da portaria nós já vencemos. O que não resolvemos ainda é a situação desses trabalhadores que estão passando fome, pais e mães de famílias. Esse problema tem de ser resolvido com urgência. A portaria foi uma afronta a esta Casa e aos trabalhadores. Penso que temos de nos reunir e discutir amplamente essa questão para resolvermos a situação desses trabalhadores.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2008	15h25min	59ª Sessão Ordinária	13

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Agradeço o aparte da Deputada Jaqueline Roriz.

DEPUTADO DR. CHARLES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, obrigado por me conceder esse aparte. Acredito que esse assunto está se estendendo muito. A Deputada Jaqueline Roriz se posicionou muito bem. Precisamos dar um fim nisso, precisamos olhar pelos trabalhadores que estão esperando. Temos de resolver essa questão. A Câmara Legislativa tem de se posicionar e resolver esse assunto. É para isso que estamos aqui.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Agradeço o aparte do Deputado Dr. Charles.

Também temos de resolver o problema do reajuste dos profissionais da área de Saúde. Há sindicatos aqui negociando com os Parlamentares para que se encontre uma solução – essa é a função desta Casa e do conjunto dos Deputados, independentemente de questão ideológica e partidária.

Deputado Milton Barbosa, considero importante, assim que os Líderes terminarem as suas intervenções, nos reunirmos para encontrarmos uma solução definitiva para o problema desses trabalhadores.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto.)

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que votemos, ainda no dia de hoje, um item extrapauta – o PL nº 904, de 2008.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Dr. Charles, vamos acatar sua solicitação com toda certeza. V.Exa. tem feito esse apelo já há algum tempo e a categoria merece o respeito da Câmara Legislativa e de toda a população do Distrito Federal.

DEPUTADO DR. CHARLES – Muito obrigado.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que concordo com a discussão do Colégio de Líderes, ampliada habitualmente por V.Exa. Faço duas observações: a primeira é que ontem eu me posicionei juridicamente acerca da situação dos trabalhadores e trabalhadoras que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2008	15h25min	59ª Sessão Ordinária	14

estão aqui presentes. Parece-me que, nesse caso, poderíamos levar a questão ao Ministério Público para saber se o § 4º do artigo 7º está mesmo sendo interpretado positivamente pelo Governo. Parece-me que essa não é a posição do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Então, eu queria que tivéssemos, por parte do Ministério Público, uma interpretação desse dispositivo. Fomos nós que construímos, mas V.Exa. sabe que um dispositivo comporta interpretações intermediárias, quer dizer, comporta variadas interpretações, e parece-me que a do Governo é diferente da do Tribunal de Contas do Distrito Federal. De maneira que acredito que deveríamos cobrar do Ministério Público, efetivamente, essa posição, porque os trabalhadores e trabalhadoras precisam ter sua situação resolvida, e o GDF precisa ter sensibilidade na interpretação do dispositivo. De outro ângulo, pareceu-me também – levo esse questionamento a V.Exa. – que havia um entendimento, firmado no final do semestre passado, quando chegou aqui o projeto de reajuste da categoria de médicos, de que nós não votaríamos o projeto. Houve esse entendimento, e esta é uma Casa de entendimentos. Eu consulto os colegas sobre a possibilidade de suspendermos a apreciação do projeto, para votação durante o semestre, porque aí haveria tempo de as outras categorias negociarem com o GDF os seus próprios reajustes. Aí, sim, votaríamos conjuntamente. Eu gostaria de saber se houve essa negociação, se os dirigentes das outras categorias fizeram esse debate com o Governo, para que pudéssemos, ainda hoje, votar não apenas os projetos da categoria dos médicos, mas também os projetos das outras categorias. Assim procederemos, caso tenha havido acordo durante este mês. Faço essas duas ponderações em forma de questão de ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência, Deputado Chico Leite, informa a V.Exa. que o Deputado Paulo Tadeu, se eu não estou enganado, já nos apresentou um parecer da Procuradoria do Trabalho relativo a esse assunto. Ele já está no processo. Qualquer interpretação a mais que V.Exa. deseje obter do Ministério Público é só fazer um requerimento por escrito à Presidência da Câmara que nós, com certeza, encaminharemos ao Ministério Público. Ainda mais vindo da lavra de V.Exa., que é um *expert* no assunto. V.Exa. terá o nosso apoio total para que o encaminhamento seja feito de imediato. Com relação ao projeto relativo ao aumento dos médicos, na verdade, até o presente momento, que seja do meu conhecimento, não chegou à Casa nenhuma outra proposta sobre reajuste para outras categorias, a não ser que não tenha sido lida ainda ou que tenha sido lida no momento em que eu não estava no plenário. A meu ver, e eu já falei a outros segmentos a respeito desse meu posicionamento, não dá para continuarmos procrastinando ainda mais o aumento relativo à categoria dos médicos do Distrito Federal. Eles estão se prejudicando no intuito de aguardar a decisão dos outros.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, houve aquele entendimento a que me reporte, mas não estou certo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2008	15h25min	59ª Sessão Ordinária	15

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Chico Leite, havia, sim, uma proposta para esse segmento, só que não houve, no período de um mês, um mês e pouco, nenhum encaminhamento nessa linha. Ao mesmo tempo, temos uma categoria de trabalho relevante para o Distrito Federal. Todos os trabalhadores do serviço público em Brasília são relevantes, mas sabemos do significado especial que tem a categoria dos médicos. A meu ver, não podemos mais aguardar. Contudo, caso o entendimento da Liderança do PT e de todas as outras Lideranças seja de que não devemos votar, iremos nos curvar a essa decisão. Agora, a minha disposição é a de votarmos o projeto hoje mesmo, se esta Casa assim desejar. Como foram os requerimentos do Deputado Dr. Charles e do Deputado Roberto Lucena.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, caso V.Exa. me permite, ingressei na política sem a experiência devida, tive de estudar bastante e me esforçar por muitas horas por dia para chegar à estatura dos colegas daqui, mas a minha compreensão é a de que, quando se faz um entendimento nesta Casa, ele tem de ser cumprido efetivamente. Ora, a minha impressão é a de que, se não há esses projetos – e eu gostaria que V.Exa. indagasse da Secretaria se realmente não há –, acho que devemos votar o projeto da categoria que aqui está, seja dos médicos ou de qualquer outra. Devemos votar o projeto da categoria que aqui está, seja categoria de servidor público ou de outro profissional. Temos de dar prioridade aos trabalhadores e trabalhadoras presentes. Até como exemplo. É preciso deixar claro que é o Governo que está tentando fazer toda essa confusão! V.Exa. tem razão. Não podemos deixar de votar o projeto dos médicos. Mas precisamos dizer às outras categorias que o Governo tentou, lamentavelmente, uma forma de articulação equivocada. Eu tenho um respeito enorme pelo Deputado Leonardo Prudente, Líder de Governo, temos feitos debates altivos, mas tenho de dizer que é o Governo quem está falhando aí. Não vamos deixar as categorias, seja dos médicos, seja de trabalhadores e trabalhadoras que aqui estiverem presentes, sem seus direitos próprios, por omissão do Governo.

Muito obrigado.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é óbvio que somos favoráveis ao reajuste da categoria médica. Reconhecemos o trabalho extremamente árduo, sem condições objetivas de funcionamento. Reconhecemos, inclusive, que esta categoria tem se colocado em uma postura extremamente ética. Ela tem sido, inclusive, injustamente considerada culpada pelo Governador do Distrito Federal pelo caos, que é o caos da incompetência deste Governo na Saúde. Portanto, nós votamos a favor do reajuste dos médicos. Entretanto, houve uma promessa do então Secretário de Saúde, hoje ocupando a Casa Civil, de que as demais categorias também teriam seu reajuste. Eu sei que há



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	08	2008	15h25min	59ª Sessão Ordinária	16

inclusive planilhas prontas para que o reajuste das outras categorias também possa ser concedido. Precisamos que o Governo honre a sua palavra, estabeleça um compromisso e informe, exatamente, a data em que vai chegar o projeto do reajuste das outras categorias. Os médicos sabem que saúde não se constrói só com uma categoria. É um trabalho em equipe. Isso é o mínimo que este Governo pode fazer. Digo, ainda, que é um reajuste aquém do que seria necessário para os médicos e para o conjunto dos trabalhadores da Saúde, que — espero que o Governador reconheça — trabalham em condições adversas, já que o parque tecnológico da Saúde está sucateado. Além da questão desse sucateamento do parque tecnológico, a Bancada do Partido dos Trabalhadores está entrando com uma representação no Tribunal de Contas porque, de forma injustificada, o Governo do Distrito Federal contratou uma empresa de fotocopiadora por um valor em torno de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) e, sem estabelecer o motivo, reajustou o contrato para mais de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), embora houvesse parecer e recomendação contrários da própria Procuradoria do DF. Pulou de pouco mais de R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais) para mais de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) o contrato com a fotocopiadora do Distrito Federal. Pergunto-me, muitas vezes, quem são os responsáveis pelo caos, mas tenho absoluta certeza de que não são os médicos, não são os profissionais das diversas áreas da Saúde. Os profissionais de enfermagem, por exemplo, trabalham atendendo, às vezes, quinze ou vinte pacientes, embora a Organização Mundial de Saúde estabeleça que devem atender cinco, no máximo sete. Portanto, Sr. Presidente, somos favoráveis ao reajuste. Que o Governo estabeleça a data exata para enviar o projeto que reajusta os salários das outras categorias, porque de promessas não cumpridas este Governador parece que é titular e professor, o que não vamos admitir mais.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na presença do meu nobre Deputado Leonardo Prudente, Líder do Governo, por quem tenho um respeito enorme em nosso debate, que é muito profícuo, quero dizer que chegou às minhas mãos o Memorando nº 451, dirigido ao Conselho de Saúde do Distrito Federal, da Secretaria de Saúde, com o seguinte teor: "Conforme discutido e deliberado na 212ª reunião ordinária do Conselho de Saúde do Distrito Federal, diante da confirmação da Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo quanto à visita aos hospitais daquele Estado, geridos por organizações sociais..." — as chamadas OSs, Sr. Presidente —, "... convido os conselheiros titulares desse egrégio Conselho para acompanharem-me na referida visita, que foi agendada para os dias 12, 13 e 14 do mês em curso, com passagens aéreas e diárias custeadas pelo GDF. Por oportuno, solicito a adoção de providências, visando adiar a reunião ordinária do próximo dia 12 para o dia 19 de agosto de 2008".



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2008	15h25min	59ª Sessão Ordinária	17

Eu queria dizer a V.Exa., Sr. Presidente, que nós desta Casa precisamos fazer um questionamento à Secretaria, ao Ilustre Secretário, a quem devoto respeito, porque há notícias de que não foi discutida nem deliberada tal providência pelo Conselho de Saúde do Distrito Federal. Essa notícia é muito grave, porque consta de um documento subscrito por uma autoridade. Então, quero registrar Isso em notas taquigráficas, comunicando também ao nobre Líder do Governo, que não tem a obrigação de saber tudo. O Deputado Leonardo Prudente não tem, evidentemente, como ter controle sobre isso. Ele faz o papel de Líder do Governo e, muitas vezes, fica sem poder dar as respostas pela responsabilidade que tem. Então, é impossível que o Conselho de Saúde, não tendo discutido e deliberado tal assunto, tenha tomado essa providência. Esta Casa não pode se omitir diante da gravidade da denúncia que faço neste momento.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu admiro o zelo e a preocupação do Deputado Chico Leite com o bem público, mas eu vejo essa questão sob um prisma contrário ao de S.Exa. As colocações feitas pelo Secretário de Saúde são exatamente no sentido de adiar a reunião e convidar os conselheiros para conhecerem o efetivo modelo funcionando *in loco*, a fim de que possam fazer juízo de valor e deliberarem sobre a questão das OSs. Então, quero cumprimentar e parabenizar o Secretário de Saúde por esse gesto, ou seja, pela iniciativa de convidar os conselheiros, publicamente, para conhecerem o modelo de gestão e fazerem juízo de valor. Será que esse modelo é o melhor para Brasília? Aí, sim, Sr. Presidente, Deputado Alírio Neto, sem sombra de dúvida, os conselheiros poderão, de forma isenta e imparcial, deliberar sobre esse importante modelo de gestão que pretendem implantar na Saúde do Distrito Federal.

E, falando em saúde, quero, neste momento, reiterar o pedido feito pelo Deputado Dr. Charles e pelo Deputado Roberto Lucena. A Liderança do Governo não vê nenhum óbice para votação, no dia de hoje, do projeto que trata do reajuste salarial dos médicos. Oportunamente, hoje, estive reunido com o Chefe da Casa Civil e com o Secretário de Saúde e cobrei uma posição sobre o reajuste das demais categorias, especialmente dos auxiliares de saúde, dos odontólogos, dos nutricionistas, dos psicólogos, ou seja, de todos os profissionais da Saúde. Eu recebi a informação de que o reajuste já está autorizado pelo Governo e a Secretaria de Planejamento já está preparando a mensagem, com a planilha, para que o Governador a envie o mais rápido possível. Espero, no mais tardar até o início da próxima semana, o projeto de lei, para que votemos também o reajuste dessas importantes categorias que são os auxiliares da área de Saúde.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2008	15h25min	59ª Sessão Ordinária	18

Trago esses esclarecimentos da parte da Liderança do Governo. Não há nenhum óbice em votarmos, no dia de hoje, o projeto que trata do reajuste salarial dos médicos.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Srs. Deputados, ficou acordado que, após os Comunicados de Líderes, suspenderíamos a sessão, para chegarmos ao consenso sobre alguns assuntos da pauta que estão em aberto.

Aproveito para alertar aos Srs. Deputados que tivemos apenas três Líderes inscritos, mas o número de questões de ordem foi tão grande que não conseguimos suspender a sessão para iniciarmos a discussão da pauta. Por uma questão de companheirismo, nós estamos aceitando a grande maioria das solicitações de uso da palavra, mas elas realmente não são afetas ao instituto da questão de ordem. O que está acontecendo é um pinga-fogo, um debate entre os Parlamentares, que estão se utilizando do instrumento da questão de ordem, o que acaba atrapalhando o andamento da sessão.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, esta Casa deveria ter uma posição oficial do Governo do Distrito Federal. Como disse um grande filósofo, Lao Tsé: "O futuro dura muito tempo." Então, qual a data precisa do envio do projeto que trata do reajuste das outras categorias da Saúde?

Para finalizar, eu gostaria de solicitar a V.Exa. que, na próxima sessão, votemos uma proposição de posicionamento desta Casa contra a viagem que está sendo organizada pelo Secretário da Saúde. Viagem dirigida por S.Exa., na qual levará os conselheiros – essa é a sua intenção –, sem que tenha havido a discussão e a deliberação sobre a terceirização, inclusive do Hospital de Santa Maria, pelo Conselho de Saúde. Condição: aprovação pelo Conselho de Saúde, prevista na legislação nacional como absolutamente imprescindível para que se efetive qualquer processo de terceirização.

Portanto, solicito a V.Exa. que coloque na Ordem do Dia de amanhã a proposição elaborada por nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores que manifesta o posicionamento contrário desta Casa a essa visita.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência vai suspender os trabalhos durante trinta minutos para que possamos debater alguns itens da pauta.

(Suspensa às 16h25min, a sessão é reaberta às 18h36min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Está reaberta a sessão.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2008	15h25min	59ª Sessão Ordinária	19

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada, sem observações, a seguinte:

- Ata da 55ª Sessão Ordinária.

Esta Presidência convida todos os Parlamentares que se encontram na Casa para se dirigirem ao plenário a fim de que possamos iniciar o processo de apreciação da pauta.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer o meu pronunciamento no microfone da tribuna, para esclarecer aos amigos trabalhadores permissionários os encaminhamentos que foram feitos.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Com certeza, Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, cabe a mim, não só como Líder de Governo, mas como Deputado, antes de cumprimentar a Mesa e a imprensa, cumprimentar todos os trabalhadores permissionários que estão hoje na Casa do Povo.

Quero informar também que as negociações do Governo em relação ao problema de vocês continuam. Estamos, assim como vocês, de plantão. Já temos uma primeira agenda amanhã, às 11h, com o Secretário Maciel, na presença da direção da categoria de vocês, para que possamos definir, de forma mais clara, as propostas do Governo, em especial um cronograma de ação do Governo que possa, efetivamente, dar certas condições aos senhores. Hoje o assunto foi deliberado pelo Plenário. Estamos em um processo de negociação e, quando se entra em um processo como esse, não se parte para o confronto. Votar um decreto legislativo para suspender uma portaria é uma declaração de confronto com o Governo e não temos interesse nisso — entendo que nem os senhores; o que querem é trabalhar legitimamente. Portanto, já há acordo, não vamos discutir a questão do decreto legislativo.

Agradeço a presença dos senhores. Amanhã, às 11h, teremos uma reunião, na qual espero que sejam definidos dados concretos. Depois, a direção dos representantes dos senhores encaminhará a resposta a todos. Se os senhores entenderem que as medidas atendem às suas expectativas, ótimo. Caso contrário, buscaremos outra negociação, outro entendimento. Coube-me apenas transmitir aos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2008	15h25min	59ª Sessão Ordinária	20

senhores o que foi deliberado nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer aos companheiros do STPA que desde ontem estamos em negociação e que fomos falar com o Sr. Governador. Foi elaborado um projeto de decreto legislativo para derrubar essa portaria. Suspendemos a sessão, como todos viram, e discutimos exaustivamente, no “cafezinho”, com os Parlamentares. Vários Parlamentares, inclusive, assinaram o projeto. Portanto, quero deixar claro que o assunto foi amplamente debatido. Houve várias propostas de vários Parlamentares. Todos se empenharam ao máximo para chegarmos ao consenso. Os companheiros dos senhores e o sindicato da categoria foram chamados a participar e ver a transparência da discussão. Quero, então, deixar claro que o que foi possível negociar foi uma reunião para amanhã para contratação emergencial, pois o que é importante para os senhores é a volta ao trabalho. O DFTRANS tem esse levantamento. Foi feito um acordo com os Parlamentares da base do Governo, com a Deputada Eliana Pedrosa e com o Deputado Leonardo Prudente, Líder do Governo, para que S.Exas. estejam presentes à reunião com os representantes dos senhores, nesta Casa, às 11 horas, na construção de um acordo para os senhores serem contratados, voltarem ao trabalho imediatamente, a fim de que seja encontrada uma solução definitiva para todos. Isso é o que foi construído. Foi uma discussão exaustiva, porém com respeito, o tempo todo, à mobilização e à organização de vocês. Por isso, é importante que os companheiros continuem mobilizados. Como falamos ontem, essa guerra ainda não acabou. A cada dia que passa, cada negociação com o Governo é uma batalha. Batalhas são vencidas, batalhas são perdidas. Vocês precisam continuar mobilizados e organizados com os Parlamentares desta Casa, para que possam sair, amanhã, às 11h, vencedores dessa empreitada, se Deus quiser.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, na realidade, dizer à categoria que há entre todos os Parlamentares desta Casa o sentimento de que a questão fundamental para os senhores, hoje, é o retorno ao trabalho imediatamente. Essa é a avaliação que todos os Parlamentares estão fazendo. Por uma questão de limites do ponto de vista da lei, os Parlamentares estão procurando mostrar ao Governo esta situação caótica que está acontecendo, inclusive com pessoas passando necessidades. O que queremos mostrar ao Governo é que essa é uma questão emergencial. Portanto, o Governo precisa encontrar uma alternativa imediatamente. Todos os Parlamentares estão empenhados em encontrar



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	08	2008	15h25min	59ª Sessão Ordinária	21

alternativas para negociar com o Governador do Distrito Federal. Quem criou toda essa situação para os senhores não foi a Câmara Legislativa. Mas, sim, o Secretário Fraga, que foi incompetente no sentido de administrar uma situação como essa. Se o Secretário tivesse feito um processo de transição tranqüilo, sem radicalismo, teríamos hoje condições de sair do processo antigo para o novo, sem criar esse transtorno para os senhores e para a sociedade, que também está insatisfeita com essas mudanças, que não estão atendendo às necessidades da população. Portanto, o que ficou acertado entre os Parlamentares na tarde de hoje é que, amanhã, quinta-feira, às 11h, comparecerão a esta Casa o Secretário de Governo, o Diretor do DFTRANS, o Secretário da Educação, o Secretário do Trabalho e o Secretário de Ação Social — se não me engano — para que possamos nos reunir com os senhores para uma negociação. Todos estão convidados a estarem aqui amanhã para acompanhar as negociações, porque estamos procurando uma saída. É importante dizer aos senhores que esta Casa está se esforçando e vamos tentar avançar. Se houver radicalismo por parte do Governo, a Câmara Legislativa do Distrito Federal terá autonomia de adotar as suas medidas. Mas, neste momento, a Câmara está apostando na negociação com o Governo para consertar a trapalhada que o Secretário Fraga fez com os senhores e com a sociedade. Então, é essa a idéia que queremos externar. Espero que amanhã mesmo saíamos daqui com a solução que garanta aos senhores o retorno imediato para o sistema de transporte. É essa a alternativa que queremos construir amanhã com o Governo. Amanhã será uma nova batalha e um novo dia. Todos os Parlamentares, juntamente com o Presidente desta Casa, Deputado Alírio Neto, estão empenhados nessa questão. Esperamos que, amanhã, tenhamos sucesso no objetivo principal: fazer com que os senhores voltem para o sistema.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Deputado Paulo Tadeu, quero fazer um esclarecimento para que os trabalhadores não se sintam enganados. As negociações não estão sendo feitas para que eles voltem ao sistema convencional. As negociações estão sendo feitas no sentido de buscar alternativas para que eles possam trabalhar fora dos eixos que já foram ilicitados. Isso é importante que fique claro para que não iludamos as pessoas honradas e trabalhadoras que estão aqui hoje.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, amanhã, vamos continuar insistindo nas negociações. Quando falamos em voltar para o sistema, queremos dizer o seguinte: voltar para o sistema de transporte que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2008	15h25min	59ª Sessão Ordinária	22

existe no Distrito Federal, para todo ele, quer seja para o público, quer seja para aquelas alternativas apresentadas pelo próprio Governador. O importante é que eles voltem imediatamente a rodar e tenham condições de sustentar suas famílias. Concorro com V.Exa., mas não engano ninguém porque o objetivo da negociação também não é enrolar. Queremos que eles voltem para o trabalho. Ora, são 3.500 trabalhadores que ficaram desempregados. É esse o objetivo. Espero que amanhã as negociações caminhem para esse sentido.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solcito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de informar a V.Exa. que amanhã, por motivo de força maior, o Deputado Leonardo Prudente me substituirá na reunião da Mesa Diretora.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência registra a comunicação de V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solcito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, discutimos a tarde inteira para buscar uma solução, considerando que nenhum Governo pode conviver tranquilamente com tantos trabalhadores sendo excluídos, de forma abrupta, do seu rendimento mensal. Estamos falando de pessoas que precisam trabalhar para viver. Portanto, os acordos que estavam sendo construídos que indicam lotes para serem licitados, ou financiamento por meio do BRB, para que vocês possam concorrer no processo licitatório, não significam um retorno imediato. Eles significam a possibilidade de que vocês, depois, entrem no sistema convencional por tudo aquilo que foi negociado. Queremos que amanhã vocês tenham uma perspectiva de retorno ao trabalho! É por isso que se começa a trabalhar com a possibilidade de se considerar uma situação de emergência, para que vocês voltem ao trabalho e supram essa emergência, até que se dê o tempo necessário de ser efetivada a participação de vocês no processo licitatório. A discussão amanhã é para considerar que existem milhares de trabalhadores que estão em situação de emergência. Não é só isso. Existem comunidades inteiras que estão sem transporte público pela irresponsabilidade do Governo do Distrito Federal, e elas precisam do retorno do trabalho de vocês. Existem crianças e jovens que não podem frequentar os programas do Governo Federal porque não têm transporte, e esse transporte poderia estar sendo suprido por vocês. Nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores fizemos um projeto de decreto legislativo na perspectiva de revogar a portaria. Não foi possível construir um entendimento nesta Casa para que este decreto fosse votado e aprovado. O que se construiu foi a negociação de amanhã, considerando-se a situação de emergência; ou seja, vocês retornarem ao trabalho para além das negociações de participação do processo de licitação, que exige um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2008	15h25min	59ª Sessão Ordinária	23

prazo maior. É fundamental que vocês continuem aqui e que, com a presença de cada um, possam dizer ao Governo, para o Secretário autoritário que está na Secretaria de Transportes que vocês são pessoas e que têm de ser respeitados como pessoas. Faremos essa negociação amanhã, às 11h. Iremos até o fim no que for possível para que vocês retornem ao trabalho, porque o ser humano não pode conviver com a fome, com a insegurança. E quem tem fome tem insegurança, tem pressa. E temos pressa para que vocês retornem ao local de trabalho.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta presidência pede um minuto de atenção às pessoas que se encontram na galeria para um esclarecimento. Eu estou vendo algumas pessoas se dirigindo a alguns Parlamentares e a minha própria pessoa de forma desrespeitosa. Lembro a essas pessoas, em especial, que a Câmara Legislativa do Distrito Federal foi quem propiciou a entrada do transporte alternativo em Brasília, quando aprovou o projeto nesta Casa, isso ainda na época do Deputado Jonas. Em seguida, em 2003, após ter sido feita uma licitação, da qual vocês foram vencedores, esta Casa prorrogou o período de contrato de vocês. Quando o Poder Executivo, nesta atual gestão, propôs o fim do transporte alternativo por meio de projeto que veio para esta Casa, fomos nós novamente, em negociação com todos os Deputados, que votamos unanimemente a matéria, que permitimos, incluindo uma emenda, que vocês trabalhassem até o dia 25, porque a nossa proposta era que vocês tivessem pelo menos uma possibilidade de ganhar a licitação. Fomos nós que colocamos no projeto a possibilidade de vocês participarem desta licitação. Esta Casa também não tem nada a ver com o processo no Poder Executivo. A nossa disposição de negociar em nome da categoria, de forma responsável, tem de ser respeitada. É descortês alguns de vocês fazerem gestos que estou vendo aqui. Aqueles que não estão contentes com o processo, que acham que a Casa está equivocada, que não está dando certo, que procurem outro meio para negociar. Essa é a verdade.

Gostaríamos de ser respeitados da mesma maneira como respeitamos a luta de vocês e reconhecemos o sacrifício de vocês. Contem sempre com a Câmara Legislativa do Distrito Federal. Em nenhum momento, esta Casa fechará as portas para quem a procurar. Podem ter certeza disso.

Que Deus abençoe a todos nessa luta. Muito obrigado pela presença de todos vocês.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 904, de 2008, de autoria do Poder Executivo, "que altera o vencimento básico da carreira médica do Quadro de Pessoal do Distrito Federal".

Relatores:	Deputado (a)	-CEOF
	Deputado (a)	-CAS
	Deputado (a)	-CCJ.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	08	2008	15h25min	59ª Sessão Ordinária	24

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer aos profissionais do sindicato da área da Saúde, do Sindsaúde, e também ao Sindicato dos Médicos que acordamos em votar o primeiro turno do projeto que se refere ao reajuste dos médicos do Distrito Federal, na tarde de hoje, sem nenhuma emenda. E que amanhã haverá uma reunião com o Secretário de Saúde e com o Secretário de Planejamento, para que possamos fazer encaminhamentos, acordos, pois os outros servidores encaminharam um pleito aos Parlamentares desta Casa. Já existe uma negociação com o Governo do Distrito Federal para que eles recebam o mesmo percentual de reajuste, e também retroativo a junho, conforme a vontade deles.

Portanto, amanhã haverá uma reunião, nesta Casa, com o Líder do Governo, às 14h30min, se não me engano, para que possamos negociar e fazer o encaminhamento da votação. Todos os Parlamentares participaram da reunião e foi decisão unânime de que faríamos hoje a votação, em primeiro turno, e que amanhã discutiremos e votaremos o segundo turno do projeto que trata do reajuste dos médicos e também dos outros servidores da área de Saúde.

A Deputada Erika Kokay acabou de me lembrar que o acordo não foi unânime, houve uma votação e três Deputados não concordaram com a votação do projeto no dia de hoje.

Muito obrigado.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas prestar a V.Exas. um esclarecimento a respeito da votação do projeto que trata do reajuste dos auxiliares de enfermagem, técnicos, enfermeiros, enfim, dos demais servidores da Secretaria de Saúde. No final do mês de junho, fizemos um apelo aos Deputados para que não fosse votado o projeto que tratava do reajuste dos médicos, porque queríamos, durante o recesso, buscar um entendimento, uma negociação com o Governo no sentido de estender esse reajuste aos demais servidores da Saúde. No dia de hoje, em reunião com o chefe da Casa Civil e com o Secretário de Saúde, e também com a informação do Secretário de Planejamento, recebi a notícia de que já estavam sendo ultimadas as negociações e a formatação da mensagem do Sr. Governador para o reajuste dessas categorias. E tudo leva a crer que, até o início da próxima semana, esta mensagem já esteja aqui na Câmara Legislativa para ser votada. Dessa forma, não há nenhum óbice em relação ao encaminhamento e à votação do reajuste dos médicos, até porque são



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2008	15h25min	59ª Sessão Ordinária	25

profissionais da maior importância para a sociedade e para o povo de Brasília. Portanto, é um privilégio para nós da Câmara Legislativa poder votar o aumento, não só dos médicos, mas de todos os servidores públicos do Distrito Federal. Estamos prontos para votar o projeto que trata do reajuste do salário dos médicos, em primeiro turno.

(Assume a Presidência o Deputado Paulo Tadeu.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – É importante salientar que o acordo estabelece que não haja emendas a esse projeto.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, o acordo será sem emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Convidarei os relatores da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Constituição e Justiça para proferirem o parecer ao projeto.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que seja votado, ainda hoje, o Requerimento nº 1.050, que trata da audiência pública, também acordado na “sala do cafezinho”. E informo aos Parlamentares que o pedido feito pelo Governador, com relação à votação do projeto de decreto legislativo do CONFAZ, será objeto de discussão no dia de amanhã, já acordado pelos Deputados. Não se trata da remissão de ICMS para as redes de televisão. Trata-se apenas da isenção do ICMS na importação de máquinas, equipamentos e acessórios destinados a empresas de radiodifusão para implantação da TV Digital aqui no Distrito Federal. Isso é muito importante. É um pleito de todas as redes de televisão: *TV Globo, TV Bandeirantes, TV Brasília, SBT, TV Record*. Enfim, esse é um pleito de todas as empresas. Quero deixar isso claro para que possamos discutir e votar esse projeto amanhã.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Muito bem, Deputado Leonardo Prudente.

Estão adentrando na galeria os trabalhadores dos quiosques a fim de acompanharem a votação do requerimento que propõe uma audiência pública. Este requerimento será apreciado logo após a votação, em primeiro turno, do projeto que trata do reajuste dos médicos.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, discutimos para chegar a um consenso. Obviamente, o melhor acordo seria votarmos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2008	15h25min	59ª Sessão Ordinária	26

os dois turnos. Mas, dentro do possível, de forma regimental e democrática, acordamos desta forma. Não queremos votar apenas o aumento para os médicos, pois desejamos um aumento para todos. Porém, precisamos votar o projeto que trata da questão do aumento dos médicos logo. Votaremos o primeiro turno hoje, e está acordado que amanhã haverá uma discussão – se possível com o Secretário presente – a fim de votarmos o segundo turno desta matéria. Não podemos enrolar os nossos colegas médicos. Precisamos votar logo esta questão. Esse foi o acordo possível. Agradeço a todos os Parlamentares que contribuíram para que votássemos essa proposição.

Muito obrigado a todos.

Parabenizo a todos os trabalhadores de quilosques que aqui estão. Devemos votar o requerimento que trata da audiência pública, a fim de resolver a questão desses trabalhadores.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – A Presidência designa o Deputado Berinaldo Pontes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Berinaldo Pontes, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP) Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 904, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “altera o vencimento básico da carreira médica do Quadro de Pessoal do Distrito Federal”.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos pela aprovação do referido projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Parlamentares.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM) Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, concordo com a posição desta Casa de votar, hoje, o primeiro turno



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2008	15h25min	59ª Sessão Ordinária	27

desse projeto, que entendo importante. Os médicos merecem o realinhamento dos seus salários. Mas quero deixar claro que, na terça-feira, chegará a esta Casa um projeto que contempla os demais profissionais da Saúde nos mesmos percentuais e nas mesmas condições. Não é justo olharmos apenas para uma parcela dos trabalhadores, devemos olhar o todo. Todos executam um trabalho importante e merecem o reajuste. A Saúde não funciona apenas com uma parte desses trabalhadores. Registro, também, que acertamos rever uma antiga questão sobre os servidores da Secretaria de Saúde que trabalham no Orçamento e Finanças. Essa categoria, diferentemente de todos os seus similares nas demais secretarias de Governo, não recebe uma determinada gratificação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputada Eliana Pedrosa, essa e outras questões serão discutidas amanhã.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sim, Sr. Presidente, mas quero registrar o meu posicionamento neste momento. Isso ocorre também com os trabalhadores da SEDEST e da Justiça e Cidadania, profissionais que até hoje estão à margem, porque não têm o poder de pressão que têm outras categorias. Portanto, temos a obrigação de zelar pela melhoria da sua qualidade de vida e dos seus rendimentos.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 904, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “altera o vencimento básico da carreira médica do Quadro de Pessoal do Distrito Federal”.

Examinamos o projeto de lei minuciosamente. Ele é esclarecedor. Não possui nenhuma emenda e está acordado com a classe médica.

Somos, portanto, pela sua admissibilidade, Sr. Presidente.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2008	15h25min	59ª Sessão Ordinária	28

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, assim como a Deputada Eliana Pedrosa, também quero registrar o meu posicionamento com relação aos funcionários concursados da TCB. Entendo que aquela categoria, assim como outras que estão recebendo benefícios, está fora do processo de aumento. Precisamos olhar para a questão dos auxiliares de administração, para as pessoas que trabalham na Administração Direta, cujos vencimentos, realmente, estão defasados. Entendemos que esta Câmara Legislativa precisa encontrar, juntamente com o Governo, uma forma de reajuste do salário desses trabalhadores, corroído pelos índices inflacionários, para que o seu poder aquisitivo não fique comprometido. Precisamos fazer justiça. Esta Casa deve ser a voz do povo, reconhecendo a dívida do Estado para com seus trabalhadores.

DEPUTADO PAULO TADEU – A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 904, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “altera o vencimento básico da carreira médica do Quadro de Pessoal do Distrito Federal”.

Trata-se de mensagem do Poder Executivo enviada a esta Casa em 23 de junho de 2008. Portanto, ainda no final do semestre passado desta Legislatura. Não contém vício de iniciativa, porque veio do Executivo para a Casa, e não o inverso.

Seria óbvio comentar que um aumento ou um reajuste de salário é algo mais do que justo. Eu lembraria a frase de um grande administrador do Brasil: “Todo servidor que está contente com o seu salário não faz jus a ele”. Então, esse reajuste melhora a situação. O bom servidor, evidentemente, nunca está contente com o seu salário, porque sempre trabalha mais do que recebe. Mas, no contexto dos recursos disponíveis no Distrito Federal – ainda há impacto na folha deste ano, haverá impacto na de 2009 e na de 2010 –, já está prevista toda a cobertura.

Sr. Presidente, somos, então, pela constitucionalidade do projeto e propomos a sua aprovação.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	08	2008	15h25min	59ª Sessão Ordinária	29

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 904, de 2008.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em respeito aos profissionais que se encontram na galeria, os médicos, os auxiliares e os técnicos, eu gostaria de informar que foi construído um acordo com o conjunto dos Parlamentares para que amanhã, às 14h30min, haja uma reunião com o Secretário de Saúde e com o Secretário de Planejamento para fecharmos a questão do retroativo, porque o percentual sabemos que é o mesmo, é linear. Então, é importante que o conjunto dos trabalhadores da Saúde esteja mobilizado e organizado, de preferência nesta galeria, para que possamos realizar o debate no sentido de que todo o segmento da Saúde possa ser contemplado com o reajuste salarial. É importante que o reajuste seja concedido a todos os profissionais, afinal de contas, saúde se faz com a participação de todos os profissionais, do médico até o técnico de enfermagem que está no hospital recebendo quem chega para ser atendido.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, temos a clareza muito grande de que só se constrói uma saúde de qualidade com profissionais respeitados. É com o conjunto dos profissionais da área de Saúde. Temos enfermeiros, auxiliares, técnicos, nutricionistas, psicólogos, fisioterapeutas, uma infinidade de profissões que tratam de cuidar. Nada mais importante do que cuidar, porque o ser humano talvez seja o único ser vivo que não sobrevive se não for cuidado desde que nasce até os seus últimos dias. São profissões que cuidam. E diz com razão aquele que fala que talvez o direito humano mais basililar seja o direito à vida. Os profissionais da Saúde lidam imediata e cotidianamente com o direito à vida. Portanto, nós trabalhamos na perspectiva de que todos os profissionais da área da Saúde tenham direito ao reajuste. Nós conhecemos a realidade das unidades da Saúde. Nós sabemos que, pela Organização Mundial de Saúde, os profissionais de enfermagem deveriam cuidar de cinco pessoas, mas eles cuidam de quinze, de vinte, de trinta... Nós sabemos o nível de criatividade, de improviso com que os profissionais da Saúde têm de trabalhar. Com um parque tecnológico sucateado e com uma deficiência absolutamente criminosa do número de profissionais em todas as áreas. Nós vimos no Hospital de Planaltina uma pediatra ser agredida porque não havia condições objetivas de prestar o atendimento necessário. Portanto, eu digo para cada um e cada uma de vocês que é inadmissível que o Governo do Distrito Federal tente culpabilizar os profissionais da Saúde pelo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 08 2008	15h25min	59ª Sessão Ordinária	30

caos, pela ausência de gerenciamento em que está mergulhada a Saúde. Portanto, é nosso compromisso fazer uma discussão amanhã para que o reajuste de todas as outras categorias, além dos médicos, seja uma realidade. Que não seja apenas mantida a isonomia no percentual. Não há isonomia se o reajuste dos médicos é retroativo a junho e se o reajuste das outras categorias é a partir de setembro. Não cabe ao Legislativo estabelecer qualquer iniciativa que represente gastos para o Executivo, sob risco de ser questionada a sua constitucionalidade. Cabe negociar amanhã. Por isso, hoje votamos o primeiro turno e, amanhã, negociaremos – e queremos que todas as representações dos profissionais da área da Saúde estejam presentes – para que possamos chegar ao melhor acordo possível para toda a categoria. É óbvio que não seríamos contrários a reajuste de médico. Nunca fomos nem nunca seremos. Sabemos quão defasados estão os salários; sabemos quão culpabilizados estão; sabemos da dificuldade na redução das horas extras – em alguns locais não se fecha escala em Emergência em função da redução das horas extras. Não somos contra o reajuste dos médicos, mas achamos que saúde de qualidade se constrói com a valorização de todos os profissionais. Que nunca mais o Governador do Distrito Federal diga que servidor da Saúde é “servidorzinho que maltrata a população”! Isso indica que ele não conhece os hospitais e as unidades da Saúde do Distrito Federal, nem o trabalho desses profissionais.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.050, de 2008, de autoria de vários Deputados, que “requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 900, de 2008, que estabelece critérios de utilização de áreas públicas do Distrito Federal por mobiliários urbanos do tipo quiosque e trailer, para o exercício de atividades econômicas e complementares às funções urbanas e dá outras providências”.

Primeiramente, quero saudar os trabalhadores dos quiosques. Neste momento, passaremos à apreciação desse requerimento.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	08	2008	15h25min	59ª Sessão Ordinária	31

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Esta Presidência Informa aos profissionais da saúde que ficou para amanhã a discussão com o Secretário e a votação do segundo turno da proposta dos médicos.

Agradeço a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h18min.)